

Inovações no modelo de negócio da Agricultura Familiar brasileira *Innovations in the business model of the Brazilian Family Agriculture*

Zilma Borges de Souza¹

RESUMO

Este artigo analisa a agricultura familiar no Brasil e experiências inovadoras para a produção e construção de mercados que incluem desenvolvimento social, atualização tecnológica e políticas públicas. Para isso, o artigo discute o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, atuante na região sul do país e estruturada em uma Rede Produtiva. Este tipo de organização requer um esforço coletivo, com práticas associativas e novos espaços produtivos, com base em novos modelos de negócio. Desta forma, apoiada por políticas públicas de apoio à agricultura familiar e uma concepção agroecológica foi possível alcançar novos canais de vendas e mercados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This paper examines the family farming in Brazil and analyzes innovative experiments for the production, and social construction of markets, linked to socioeconomic development, technological updating and production credit policies. For this, the paper discusses the case of Ecovida Agroecology Network, active in the southern region of the country and structured into a network of producers. This requires a joint effort to associative, political e technical, based on a new business model. In this way, and supported by public policies it is possible to develop the family farm, in order to achieve new sales channels and new markets.

Keywords: Family Farming, Agroecology, Rural Development.

¹ Professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Administração Pública e Governo. E-mail: zilma.borges@uol.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil vem adquirindo novas configurações, a partir de novas interfaces criadas com as dimensões ambiental e de segurança alimentar, gerando novos desafios e oportunidades, ao ponto de ser freqüentemente citada como principal referência para tal setor de políticas públicas dentro da América Latina. As oportunidades concernem, sobretudo, a discussão sobre formas alternativas de produção, impulsionadas desde a década de 1990 pela busca de novas perspectivas para a geração de renda, diante do então desemprego estrutural decorrente da reestruturação do capitalismo.

Em 2003, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para atenção à pequena propriedade rural, acenou com avanços para o desenvolvimento da agricultura de base familiar. Esta secretaria se propôs a criar instrumentos capazes de reorientar as práticas produtivas e os estilos de agricultura, de pecuária, de pesca e de aqüicultura hoje dominantes. Definiu também como objetivo de sua atuação o de introduzir estratégias que conduzissem a estilos de desenvolvimento orientados à construção de processos produtivos ambientalmente sustentáveis, economicamente rentáveis, socialmente incluídos, equitativos e culturalmente aceitáveis (MDA, 2009).

Segundo Pochmann (2008), além dessas medidas, três políticas públicas causaram efeitos positivos em virtude da ampliação de renda no meio rural. São elas: as mudanças nas políticas de reforma agrária, que incluem medidas para alcançar maior eficácia e eficiência nos projetos de desenvolvimento; a criação de linhas de crédito específicas dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), “que ganhou importância na segunda metade da década de 1990”, e, por último, “os programas de aposentadoria rural e de garantia de renda às famílias muito pobres, como o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família”. Entre os resultados percebidos, destaca-se a redução do grau de pobreza absoluta. No entanto, ainda é alto o número de famílias que vivem em condições de extrema pobreza no meio rural brasileiro (POCHMANN, 2008)

Questões políticas relacionadas aos investimentos governamentais para o desenvolvimento rural, problemas de propriedade da terra e relação do Governo com os movimentos sociais organizados no meio rural também compõem o contexto e impõem desafios para o desenvolvimento de alternativas para a agricultura familiar. O próprio modelo de negócios da agricultura familiar vem sendo repensado, com possíveis interseções com a agroindústria, com o turismo, e também a adoção de outras formas de pensar a produção, como a agroecologia, por exemplo.

Considerado um processo que inclui mudanças na dimensão social e na cultural, além da produção propriamente dita, a incorporação da agroecologia no debate sobre a questão agrária no Brasil evidencia uma oposição às propostas de modernização agrícola fundamentadas apenas no avanço tecnológico, e abre uma agenda política e científica sobre práticas voltadas para a reconstituição do trabalho rural e dos recursos naturais.

Este artigo tem o objetivo de ajudar a identificar quais as condições para que a agricultura familiar brasileira se torne uma alternativa econômica viável para inserção nos mercados e ampliação da sua viabilidade econômica e social. Para isso, apresenta e discute o caso da Rede de Agroecologia Ecovida, como exemplo bem sucedido de organização na agricultura familiar, analisando sua configuração do trabalho, as experiências e práticas dos agricultores, que aderiram à produção orgânica, organizados em uma rede vinculada à região sul do país.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Agricultura Familiar

Criar um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola que propicie formas ecológicas, sustentáveis e socialmente justas é um dos desafios contemporâneos, que vai além da agricultura familiar, mas que no caso brasileiro tem sido fortemente associada à esta. É uma proposta que requer pensar modelos de desenvolvimento que articulem a geração de riqueza com outros objetivos, como a conservação ambiental e a redução da pobreza no meio rural. A questão, no entanto, não é tão simples, e apresenta uma complexidade inerente à multiplicidade de interesses em jogo. Envolve a mudança de padrões sedimentados por projetos de geração de riqueza no meio agrícola, como os disseminados pelo modelo de “modernização da agricultura” que é uma referência ao processo mais intensivo de desenvolvimento capitalista do meio rural ocorrido no Brasil no período pós 1964. As transformações pertinentes a esse padrão de crescimento econômico no meio rural foram fortemente impulsionadas pelo Estado brasileiro, mediante uma série de políticas setoriais e instrumentos específicos (crédito, seguro agrícola, assistência técnica, pesquisa pública, investimentos em infraestrutura, subsídios ao preço dos combustíveis), que tiveram como objetivo principal a adequação da estrutura de produção agrícola nacional ao crescimento econômico planejado pelo governo militar. Entre os efeitos sociais da modernização agrícola no Brasil, citam-se: a redução da oferta de empregos agrícolas e o conseqüente êxodo rural, o aumento do trabalho temporário, a intensificação da pobreza rural, o aumento da concentração de terras no país, entre outros (BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004).

Na década de 1990, a diminuição do papel do Estado “na regulação da competição do campo, bem como a reestruturação do setor agropecuário em direção às normas de mercado” levaram a “uma nova rodada de modernização da estrutura produtiva desse setor, visando adequá-lo rapidamente ao contexto da reinserção econômica do Brasil no cenário internacional” (POCHMANN, 2008:149). Como conseqüência desse processo ocorreu uma difusão de novos métodos de gestão voltados a parâmetros de competitividade, maior mecanização e uso de insumos químicos. Mesmo sem forte apoio governamental, os investimentos ocorreram com capital internacional e se obteve uma intensificação do agronegócio, com aumento de produtividade em detrimento do emprego no meio rural. A aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, editada pelo governo federal no ano de 2006, definiu o objetivo de promover o direito à alimentação de todos, contemplando princípios como universalidade, equidade, sustentabilidade, participação social, descentralização e intersetorialidade (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013).

2.2 Novos espaços produtivos

Uma importante mudança para o reconhecimento social da agricultura familiar ocorreu com a aprovação da Lei 11.326/2006, que define a Agricultura Familiar e os Empreendimentos Familiares Rurais como categoria econômica. Essa lei definiu duas questões fundamentais: o conceito de agricultura familiar e a redefinição das bases para uma política nacional da agricultura familiar.

Assim, pertencem à agricultura familiar aqueles que trabalham com atividades agropecuárias e que, simultaneamente, atendem aos seguintes critérios: ter área do seu estabelecimento (próprio, arrendado, em parceria, em comodato ou de posse) não superior a quatro módulos fiscais; utilizar, predominantemente, nas atividades econômicas do seu empreendimento mão-de-obra da própria família; ter renda familiar que se origine de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e

desempenhar as atividades de direção com as pessoas da família. Outro ponto de destaque é a clara distinção do setor patronal, do agronegócio e também dos assalariados rurais e a não-restrição à atividade agropecuária, ampliando para o trabalho em empreendimentos rurais familiares, como a agroindustrialização, o artesanato e o turismo rural.

Tais medidas não causam a perda de importância das atividades estritamente ligadas ao trato agropecuário, pelo contrário, a atenção ao processo produtivo dessas atividades é crucial, visto o setor responder, pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e, ao mesmo tempo, apresentar condições precárias de vida e trabalho no meio rural (DESER,2006).

De qualquer forma, um dado significativo é a mudança na composição das ocupações, com o crescimento do número de moradores na área rural que exercem atividades não-agrícolas. Essa mudança sinaliza inclusive uma nova percepção do meio rural pela sociedade, cada vez menos como um espaço estritamente produtivo.

2.2 Agroecologia e Produção Orgânica

A agroecologia e a produção orgânica apresenta uma relevante interseção entre demandas ambientais recentes e o reconhecimento social da agricultura familiar. A produção orgânica é uma das denominações que compõem o chamado movimento da agricultura sustentável, estando aí inseridas também a agricultura natural, a biodinâmica, a biológica e, recentemente, a agroecologia.

Sob o “guarda-chuva” da agricultura alternativa ou sustentável se encontravam, num primeiro momento, os vários sistemas de produção conhecidos como agricultura orgânica, biodinâmica, natural, biológica, permacultura e agroecologia. A terminologia agricultura orgânica adquiriu inicialmente um *status* de maior abrangência, quando, em 1972, foi criada a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), organização não-governamental criada e sediada na França, com padrões estabelecidos e publicados no *Basic Standards for Organic Production and Processing*, os quais, embora privados são aceitos pelo movimento orgânico mundial (IPARDES, 2012).

O mercado que se mostra promissor para a agricultura familiar tem gerado disputas em esferas políticas, ampliando o debate para outras questões, como a confiabilidade dos produtos, e criando com isto novas exigências para a comercialização e o acesso ao mercado. A definição de produto orgânico é regulada pela Lei 10.831/03 do Governo Federal, que prevê a não utilização de agrotóxicos ou aditivos químicos, de acordo à dosagem prescrita. Esta lei foi alterada pelo Decreto 6.323 de 29.12.2007.

Por outro lado, a denominação de “produto orgânico”, no entanto, tem sido também utilizada por produtores de maior porte e, inclusive, visando à exportação em um tipo de produção que não inclui as dimensões sociais e culturais propostas pela visão agroecológica, e até de formas associadas a produtos que usam pesticidas e insumos químicos em geral, como os hidropônicos.

Os termos Agricultura Orgânica e Agricultura Ecológica são geralmente usados como sinônimos. Entretanto, vem crescendo a percepção que adjetiva como “orgânica” aquela agricultura que visa à produção de alimentos “limpos” para um mercado diferenciado, e de “ecológica” a forma de se trabalhar na agricultura que busca um re-dimensionamento da relação do ser humano com a natureza e com o outro, em bases mais harmônicas e solidárias, e que tem no mercado diferenciado uma consequência e não um fim em si mesmo.

A mudança para o sistema agroecológico inclui um *status* científico que requer o desenvolvimento de competências específicas. Os conhecimentos agroecológicos e sua aplicação na produção significam não só a substituição de formas de plantio, mas também um estilo novo no trato da terra, dos animais, de utilização do solo e conservação do meio ambiente, e requerem, pois, treinamento e disseminação.

Conforme a definição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), associação que representa nacionalmente agricultores que adotam essas práticas, a agroecologia é um processo inovador que se baseia na otimização do uso dos recursos locais na construção de soluções técnicas e sócio-organizativas para promover a eficiência econômica e da sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas (ANA, 2012).

Para Altieri (2009), a agroecologia é uma nova “abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos, e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009:18).

A agroecologia está num campo de lutas sociais, apresentada como uma oposição ao agronegócio, por entidades como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e Sindicatos como a FETRAF. Estas proposições também representam tema de interesse atual entre os trabalhadores e movimentos sociais, que propõem um padrão de ocupação do campo baseado na produção familiar agroecológica, com a justificativa de que, quando a produção familiar é realizada com base nos princípios da agroecologia, seus benefícios são potencializados. Explica-se: como os sistemas agroecológicos não são dependentes das indústrias de insumos, a renda gerada pela produção ficaria retida nas comunidades e municípios, além de serem sistemas baseados em processos naturais e, por isso, conservadores do meio ambiente e da biodiversidade (MST, 2012).

No meio científico, os debates sobre a questão agrária no Brasil, e em especial a incorporação da agroecologia nesta temática, demonstram uma oposição a visões teóricas de “modernização agrícola” e abrem “uma ampla agenda política e científica”, que vem resultando em processos de contestação social, política, tecnológica e ambiental e se traduzem em um “heterogêneo conjunto de práticas voltadas para a reconstituição do trabalho rural e dos recursos naturais” (NORDER, 2006:117). Norder ressalta que as teorias da modernização “estão fundamentadas na concepção de ‘integração’ ou ‘submissão’ do mundo rural e de seus atores na estrutura global do capitalismo, [...] obscurecendo assim a natureza e o potencial de indivíduos e /ou estratégias e respostas coletivas.” NORDER, 2006: 108). O universo conceitual que trata “os saberes do mundo rural como empecilho” se desdobrou nas ações políticas presentes até nos movimentos sociais. O próprio MST, até o ano de 1986, chegou a publicar em seus cadernos de formação e organizar treinamentos nos quais buscava mecanismos para ‘combater os vícios gerados pelas formas artesanais de trabalho’. Esses modelos estavam baseados no desenvolvimento de formas coletivistas que se focalizavam em uma intensificação do capital e na redução de mão-de-obra, justamente o contrário da realidade dos assentamentos (NORDER, 2006:108-110).

Atualmente uma das pautas defendidas pelos movimentos sociais ligados à agricultura familiar é a criação de mecanismos e programas por parte do governo que gerem confiança ao agricultor de que vale a pena investir seus escassos recursos neste tipo de produção. Abandonar as práticas generalizadas de uso de insumos e defensivos químicos e adotar um padrão agroecológico já envolve maiores riscos naturais e possíveis perdas. Mas a dificuldade em não conseguir comercializar em razão de práticas econômicas oligopolistas e o menor poder de ação dos pequenos proprietários frente a concorrentes de grande porte amplia notavelmente a incerteza de êxito. Os caminhos propostos para diminuir estes riscos envolvem principalmente a busca de outros patamares além da atuação fechada em mercados locais. O apoio governamental requerido envolve portanto políticas públicas que garantam a estabilidade e segurança nas relações que as organizações de produtores estabelecem com os mercados, a criação de novos espaços de comercialização e o apoio financeiro para os investimentos.

2.3 Desafios e oportunidades para a agricultura familiar agroecológica

Propostas como a “construção social de mercados”, o *“fair trade”* e o movimento *“slow food”* ampliaram conexões com movimentos internacionais e ONGs organizadas em redes para a criação de novos espaços de comercialização e difusão de práticas de preço justo. Para Abramovay (2008) a construção de novos mercados, tanto para os produtos predominantes quanto para as atividades que apenas começaram a se desenvolver, é o mais importante desafio do desenvolvimento rural. Segundo o autor, esta construção não vai resultar da ação espontânea dos agentes privados, mas sim, da organização dos produtores apoiada de maneira decisiva pelos movimentos sociais e pelo poder público” (ABRAMOVAI: 2008:08). Um exemplo de política pública que tem demonstrado bons resultados é a que regulou a participação do pequeno produtor no mercado institucional de compras públicas para a merenda escolar e creches e outros órgãos públicos, em menor escala.

As tentativas de se promover o acesso ao crédito a populações pobres vêm esbarrando, entretanto, em obstáculos básicos. No caso do PRONAF, uma vez que existe risco para o sistema bancário e para os agricultores, os critérios de seleção tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecerem garantias e contrapartidas, mesmo que possam apresentar projetos economicamente viáveis. Para Abramovay (2008:08), “a solução para este problema não está na criação de um sistema creditício estatal, à margem do sistema bancário e que suprima a própria noção de risco, mas na organização social que possa tanto pressionar o sistema bancário a conceder créditos, como favorecer o surgimento de formas coletivas de redução dos riscos como os fundos de aval ou o aval solidário aos empréstimos.” O autor citou o exemplo das cooperativas de crédito, que vinham crescendo no país, como um importante meio de contrabalançar os custos de transação bancária pela organização local.

Um aspecto que pode diminuir o risco é a aposta na diferença e na variabilidade da produção e a perspectiva de atividades diversas além das tradicionais. O campo de produção agroecológica caracteriza, nesse sentido, um mercado específico, em processo de formação e institucionalização no Brasil. Com forte apelo ambiental e crescente valorização social, esta perspectiva se conecta a mercados nacionais e internacionais e tem movido o interesse também de grandes produtores rurais. A abertura de novos mercados e a expectativa de se obterem chances de exportação levaram o governo a propor padrões para a certificação e confiabilidade do produto orgânico. Para o movimento da agroecologia no Brasil, trata-se de um desafio, o da institucionalização de suas práticas (SERVA e ANDION, 2004).

2.4 Certificação e garantia de confiabilidade da produção agroecológica

A certificação de produtos orgânicos passou a ser um assunto de interesse estatal, em virtude inicialmente da ampliação do mercado para este tipo de produto e depois pela necessidade de garantir credibilidade para a exportação. Para os agricultores, o tema também ganhou notoriedade, em razão da perspectiva de comercialização em novos espaços além da venda direta, em feiras e mercados locais. Nos últimos anos, o próprio conceito da certificação vem se modificando, porquanto inclui a idéia de conformidade com os padrões previstos, mas não de forma totalmente fechada, sugerindo um trabalho contínuo direcionado a garantir a qualidade dos produtos para a manutenção da competitividade.

Componentes do Sistema de Garantia de Qualidade	Garantia Solidária	Garantia de Terceira Parte
<p>Padrões</p> <p>Meios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inspeção - Registros - Documentação <p>Organismo certificador</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funções de certificação e assessoria técnica - Decisão de certificação - Técnico <p>Comunicação de qualidade</p>	<p>Construção em processo de revisão periódica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe inspetor interno - Realizados de maneira sistemática - Mantida descentralizada - Integrada - Descentralizada - Residente na comunidade <p>Selo, reputação do produtor e da assessoria técnica e influência dos componentes de avaliação social</p>	<p>Construção em processo de revisão periódica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existe inspetor interno - Realizados de maneira sistemática - Mantida centralizada - Separada - Centralizada - Externo <p>Selo, reputação do produtor e organismo certificador</p>

Quadro 1 – Sistemas de garantia de qualidade

Fonte: IPARDES, 2012.

Atualmente são aplicados dois tipos de sistemas de garantia: o de terceira parte e a certificação participativa. “O sistema de garantia de terceira parte é a certificação por auditoria externa [...] esta terceira parte é representada por organismos certificadores, que, a partir de inspeção externa feita nas propriedades e de análises laboratoriais, verificam se a produção está em conformidade com o padrão definido e atestam por certificado a qualidade” (IPARDES, 2012:49). Esta distinção está resumida no quadro 1.

A certificação e o selo de garantia consistem num diferencial agregado ao produto orgânico e dão condições de acesso a determinados mercados, fora das feiras e do entorno à comunidade de origem. Tornam-se, assim, ponto-chave na criação de perspectivas e na percepção do agricultor de que vale a pena a adesão a este tipo de produção. Aliado à perspectiva de ampliação de mercados, pode-se notar que a legitimação do produto como ecológico ultrapassa a utilidade racional e alcança um significado simbólico, representando a concretização perante a sociedade de um grupo que se revaloriza.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve enfoque qualitativo e utilizou-se objeto de análise a Rede Ecovida de Agroecologia, que congrega vinte e quatro núcleos em cidades na região sul do Brasil. Foram selecionados dois núcleos da Rede para realizar uma investigação em profundidade. Buscou-se assim maior permanência nas localidades, compreensão do entorno que envolve os agricultores, observação do funcionamento dos grupos e relações entre agricultores e técnicos das organizações de apoio.

A pesquisa de campo foi realizada em 2009 em dois núcleos: Planalto Serrano e Litoral Catarinense, ambos no estado de Santa Catarina. Estes foram escolhidos em razão de propiciarem comparação entre diversas variáveis que os distinguem, permitindo o contato com duas realidades distintas, mas em um mesmo contexto de políticas públicas estaduais, o que iguala algumas influências e perspectivas de desenvolvimento. Foram realizadas 21 entrevistas em oito famílias de agricultores, associadas à rede, com outros agentes envolvidos nos dois núcleos pesquisados e com lideranças da rede. A participação no 6º. Encontro Nacional da Rede Ecovida auxiliou na coleta de dados primários e secundários.

Para os agricultores foram utilizados os seguintes pontos para nortear as entrevistas semi-estruturadas: suas motivações para a permanência ou saída dos agricultores da Rede Ecovida, e quais fatores influenciam estes processos; a existência ou não de mudanças nas práticas sociais cotidianas e na participação na solução de questões locais, e problemas, discordâncias e conflitos evidenciados e o posicionamento dos agricultores em relação a estes.

Com os demais agentes pesquisados buscou-se investigar as práticas sociais promovidas no trabalho na rede Ecovida, a estrutura organizacional, os espaços para tomada de decisão, a relação com movimentos sociais e a representação da rede em fóruns da gestão pública. Também foram levantadas questões macro-sociais, que poderiam influenciar os interesses e a participação dos agricultores, e realizadas entrevistas com representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Urubici e Garopaba, municípios nucleares nas regiões pesquisadas. Com estes foi possível levantar ações integradas de “turismo ambiental” com os produtores agroecológicos locais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização da Rede de Agroecologia Ecovida

A Ecovida é uma rede que se articula com instituições nacionais e internacionais, empresas privadas e setor público e abrange em torno de cento e setenta municípios, duzentos grupos de agricultores, vinte ONGs e dez cooperativas de consumidores com foco no consumo responsável. É formada por agricultores familiares, organizados em pequenos grupos locais, que funcionam como a célula base da rede. São intermediados por organizações não governamentais, que exercem entre outras funções, a ligação com o poder público e entidades internacionais de apoio financeiro. Seus objetivos principais são desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; e ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade.

A Ecovida surgiu em 1998 como resultado de processos históricos locais realizados por organizações não-governamentais na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura em curso (ECOVIDA, 2012). Congrega vinte e quatro núcleos regionais que incluem associações e cooperativas para a comercialização, nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A Rede abrange em torno de 170 municípios destes estados e reúne 200 grupos de agricultores, 30 organizações de apoio e aproximadamente 2.400 famílias (ECOVIDA, 2012). A atuação da Ecovida está centrada na produção e

comercialização de produtos agroecológicos, termo que acrescenta ao produto orgânico, ideais de “equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas”, entre outros, e não se restringem a aspectos somente técnico-produtivos.

4.2 A certificação participativa aplicada na Rede Ecovida

O sistema de certificação participativa tem como fundamento o envolvimento dos agricultores no processo. Um dos objetivos dessa proposta é a garantia da qualidade do produto, desde a produção até o consumo, diferente de uma focalização apenas no produto final. Foi possível detectar no núcleo Litoral Catarinense a utilização dos certificados e do selo de garantia como fatores simbólicos do pertencimento à rede, entregues com rituais de reconhecimento público, como ocorreu no Encontro Regional que teve lugar na cidade de Garopaba, em julho de 2008, conforme informado em entrevista e ata da reunião, obtida no Cepagro - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (o Cepagro é uma ONG que articula as atividades do núcleo Litoral Catarinense da Rede de Agroecologia Ecovida). Para os agricultores deste núcleo pode-se averiguar que o significado atribuído à certificação e ao selo não é apenas o de condição para venda do produto, mas o de consolidação da mudança que ele se propõe a fazer, quando se insere na agroecologia. Demonstram um orgulho pelo esforço em participar, em adotar as práticas agroecológicas, pelo cuidado com a terra, percebidos no resultado obtido com o direito a usar o selo e ter o produto certificado.



Figura 1 – Selo da Certificação da Rede Ecovida

Fonte: Caderno de Normas da Certificação, 2012.

O mesmo direcionamento não foi notado no Núcleo Planalto Serrano, que não tenta reforçar a certificação e o selo como símbolo para o desenvolvimento de uma identidade com a rede, reforçando mais a importância dele para a comercialização. Da forma como o processo é aplicado atualmente na Rede Ecovida, após a certificação o agricultor obtém o direito de usar o selo ECOVIDA nos produtos (figura 1). Os passos para a utilização do selo são definidos em documentos, onde há detalhamento da forma em que deverão ocorrer registros e o monitoramento posterior dos grupos certificados. O membro interessado em obter a certificação (selos, certificados, atestados, declarações), deve seguir as recomendações gerais estabelecidas no âmbito da Rede e as orientações do Núcleo Regional ao qual pertence. Para isto já é exigido um envolvimento anterior no núcleo regional, com a participação constante em reuniões e treinamento.

Verificou-se que a inovação do processo de certificação e obtenção do selo de produto agroecológico está

principalmente relacionada à forma como ele é desenvolvido na Ecovida, ao promover a tomada de decisão descentralizada, responsabilizando os núcleos regionais pelo processo. A existência de um Conselho de Ética formado pelos próprios agricultores para visitar, analisar e emitir parecer de aprovação ou não para o uso do selo gera conflitos e a necessidade de posicionamento perante os pares. Este aspecto possibilita uma participação efetiva, inclusive na discussão de parâmetros para o formato da fiscalização e engendra para os agricultores novas percepções sobre o poder. Também há uma responsabilização que continua após a fiscalização, pois são dadas sugestões para melhoria do processo produtivo ou de processamento e, anualmente, se prevê a realização de visitas para monitoramento também após a certificação. Nessas visitas, o grupo ou as famílias devem apresentar ao Conselho de Ética o planejamento ou plano de conversão como um instrumento de avaliação para a continuidade do uso do selo.

O Conselho de Ética analisa previamente os formulários de certificação e após a visita emite um parecer que pode ser de aprovação do uso do selo ou de sugestões para melhoria do processo produtivo ou de processamento. São exigidos os seguintes registros após a certificação: relatório de cada um dos membros do Conselho de Ética que fizeram a visita e um parecer conjunto do Conselho de Ética, autorizando o uso do selo (ECOVIDA, 2012).

Anualmente é prevista a realização de visitas também para monitoramento após a certificação. Nas visitas de monitoramento, o Conselho de Ética deve ter o planejamento ou plano de conversão apresentado pelo grupo ou família, como um instrumento de avaliação para a continuidade do uso do selo. Os passos a serem seguidos para a obtenção da certificação e selo estão sintetizados no quadro 2.

Outro aspecto que mobiliza a participação na Rede, ainda ligado a esse tema, é a necessidade de maior intercessão com o poder público e empresas certificadoras, dentro de um quadro crescente de importância da agricultura orgânica no país. O tema tem sido debatido nas instâncias deliberativas como o encontro nacional e os regionais, e aparece como pauta obrigatória que unifica a identidade da rede pelo seu valor para ampliação dos espaços de comercialização. O debate se dá em torno da aplicação da atual regulamentação federal para a certificação e uso de selo, que exige um tipo de institucionalização que encontra diferentes linhas de pensamento dentro da Rede. A regulamentação foi definida recentemente em decorrência do fim dos estudos de um grupo constituído pelo Governo Federal, do qual a Ecovida fez parte, e que regulamentou a Lei 10.831, criando normas tanto para os sistemas participativos como para os de terceira parte (formas de certificação realizadas por empresas privadas que cobram pelo serviço de auditoria e preparo para a obtenção de selos.) A formalização necessária para que o selo seja reconhecido gerou uma revisão das práticas e da centralização ou descentralização da emissão dos documentos, legitimando o produto como orgânico. Na prática adotada até agora para fins de certificação, a Associação Ecovida de Certificação Participativa é a personalidade jurídica responsável. Esta associação é responsável por certificar a produção agroecológica, e seu raio de atuação abrange os três Estados componentes da Ecovida.

Um problema para a validade da certificação atual e selo emitido pela Rede é o seu reconhecimento por órgãos oficiais – nacionais e internacionais-, inclusive para exportação e para a própria Ecovida, porquanto a regulamentação da lei significa avanços e é resultado de lutas antigas dentro do movimento agroecológico. No entanto, como ressaltado pelos coordenadores do Cepagro, a forma como a regulamentação passou a definir requisitos para as certificadoras pode representar problemas burocráticos na forma de atuação da Ecovida. O desafio inicial é que a padronização requerida e relatórios exigidos para garantir ao processo valor legal resultem na perda não só de legitimidade perante os agricultores como também de conquistas construídas no processo de certificação da rede, como a adequação da realidade e características da agricultura familiar e diferenças regionais.

Passos	Informações
1. Integrar a Rede Ecovida	Através do Núcleo, o grupo integra-se à Rede Ecovida.
2. Solicitar a certificação ao Núcleo Regional	O Núcleo deve ter seu conselho de Ética em funcionamento.
3. Preencher o formulário para Requerimento de Certificação	Para cada unidade de produção é preenchido um formulário que contém as informações sobre o processo produtivo.
4. Encaminhá-los ao Conselho de Ética	De acordo com a dinâmica interna, os formulários são encaminhados ao Conselho para análise.
5. Análise dos formulários pelo Conselho de Ética	O Conselho pode solicitar mais informações se for necessário, a fim de compreender melhor o processo produtivo.
6. Visita à unidade de produção	O número de unidades visitadas deve ser representativo à realidade de cada grupo.
7. Parecer do Conselho de Ética	Aprovação ou rejeição. São apontadas as melhorias necessárias.
8. Aprovação da certificação pelo Núcleo	O núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo. O Núcleo pode emitir diplomas ou declarações para os membros.

Quadro 2 – Passos para a obtenção do selo Ecovida

Fonte: SANTOS, 2012

4.3. As alternativas de comercialização na Rede Ecovida

Como alternativas de comercialização também se discute possibilidades de explorar o beneficiamento e outras formas de valorização do produto *in-natura*, com as atividades de industrialização, complementares na cadeia produtiva, como embalagens e outras formas de agregar valor aos produtos fazem parte das demandas de pequenos produtores associados.

Há um direcionamento da produção orgânica para a merenda escolar, dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garante a compra de grande parte da produção da agroindústria de pães e biscoitos. Por meio do PAA, os produtos da agricultura familiar também podem ser adquiridos para a formação de estoques estratégicos do governo, hospitais e creches. Tal modalidade de comercialização não é apenas para os produtos orgânicos, a medida provisória (MP) 455, prevê o envolvimento direto de cerca de 100 mil famílias do meio rural. A conjugação destes fatores indica a existência de um espaço significativo a ser ocupado pela agricultura familiar, mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas, cujo desempenho, entretanto, vai depender, também, de sua capacidade de organização local e de exercer pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a matriz de sua inserção social. O caso da Rede Ecovida é um bom exemplo, pois seus integrantes foram capazes de aproveitar as forças originárias de organização popular num momento de oportunidades instauradas pelo crescimento do mercado de produtos orgânicos. Mas entender todos os contornos desta inclusão significa compreender quais os elementos que requerem uma atuação político institucional por parte do governo federal, estadual e municipal.

A comercialização é um dos principais desafios para a Ecovida, que requer, assim como o processo de certificação, o envolvimento dos agricultores, pois a participação conjunta destes é fundamental para

permitir o planejamento coletivo da produção, uma vez que os pequenos produtores não conseguem sozinhos suprir a quantidade desejada.

Os desafios da comercialização passam, por um lado, pela condição de garantir para os agricultores a entrega dos seus produtos, e por outro lado, manter os mercados locais abastecidos com diversidade, quantidade e qualidade durante o ano. Entre os agricultores pesquisados, a referência à ampliação de possibilidades de escoamento de seus produtos, a garantia de entrega com os cuidados necessários para a durabilidade, e o compromisso em relação ao pagamento do que foi vendido são ganhos que obtiveram com a participação na Ecovida. Relatam inclusive a criação de novas formas de comercialização e a melhoria de outros canais que já eram utilizados, como conquistas pelas quais diversos dos entrevistados se sentem responsáveis.

Nos dois núcleos pesquisados a comercialização é mais comumente realizada em feiras e mercados, através de programas patrocinados pelo Governo Federal e por meio de cooperativas. No núcleo Planalto Serrano a proximidade da cooperativa Ecoserra é um facilitador para a comercialização, dadas as distâncias e a falta de veículos próprios para o transporte dos produtos.

Outro aspecto que tem envolvido diversos agricultores e aparece como pauta de encontros regionais, com um grupo de trabalho específico que se reúne mensalmente, é a criação de um canal novo para comercialização, por meio de rotas de caminhões, denominado de “Circuito sul de circulação de alimentos da Rede de Agroecologia Ecovida”. A proposta busca resolver problemas de logística para produtores da região de Urubici, Três Barras, Paulo Lopes e Garopaba, entre os grupos estudados. O circuito já está constituído em três rotas articuladas por dez núcleos da Rede Ecovida: Erechim–Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km e envolve 200 famílias agricultoras; Lages–Curitiba–São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias, e Barra do Turvo–Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias. Existem também sub-rotas que envolvem aproximadamente 150 famílias (Magnanti, 2009).

Esse sistema cria conexões mais fortes entre os agricultores, pois está previsto que as famílias, por meio de suas associações e grupos devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito. Esse procedimento visa ao “intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, e à ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais: feiras, famílias agricultoras sócias da Rede Ecovida, mercados institucionais, entre outros”. O sistema favorece ainda a redução dos custos com frete, na medida em que os caminhões sempre viajam carregados entre as estações. O mecanismo de compra e venda entre estações permite também a menor circulação de dinheiro, já que em muitos casos ocorre simplesmente a troca de produtos. Os recursos monetários são empregados nessas situações apenas para cobrir eventuais diferenças de valor na transação.

4.4. Novos produtos e espaços produtivos na Rede Ecovida

Alguns projetos iniciados recentemente nos grupos pesquisados vêm mobilizando significativamente as famílias. Entre estes uma modalidade de ‘agroturismo ecológico’, o Acolhida na Colônia, idealizado originalmente pela Rede Accueil Paysan (atuante na França desde 1987) que tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo. No Brasil existe desde 1998. Em Santa Catarina o núcleo Planalto Serrano da Ecovida é o primeiro a se integrar à proposta, que prevê uma relação do turista com as famílias, em seu cotidiano. Os preços são menores do que os praticados no ‘turismo rural’, que geralmente utiliza de fazendas. Na modalidade de agroturismo ecológico a proposta é acolher o turista em hospedagens simples com direito a conversas na beira do fogão a lenha e passeios pelo campo.

A prefeitura de Urubici foi a iniciadora do projeto, que faz parte de um plano de valorização do turismo na região, que junto com a cidade de São Joaquim é roteiro conhecido pelas belezas naturais e pela neve.

Por meio da sua secretaria de turismo, ela vem tentando investir na integração de um tipo de turismo que valorize as belezas naturais da região e a produção agroecológica. Outro projeto em desenvolvimento, também na região serrana é a extração planejada de produtos florestais. Ligado à Fundação Slow Food, o grupo Renascer será o primeiro de um projeto piloto, denominado Fortaleza do Pinhão de Santa Catarina, que poderá ser replicado em outras comunidades da Serra Catarinense. O *Slow Food* é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 em resposta aos efeitos padronizantes do fast food; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao desinteresse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo (Slow Food, 2010).

Os trabalhos começaram em 2008 com o processamento do pinhão, e pretendem colaborar com a defesa do ecossistema tradicional através de campanhas de sensibilização da opinião pública, de modo a fortalecer e qualificar o consumo do pinhão e demonstrar a importância da conservação da Floresta de Araucária. A Fundação Slow Food irá apoiar os produtores do Grupo em uma unidade de processamento e na produção de transformados tradicionais à base de pinhão para promover no mercado local e nacional. Outra possibilidade é a exploração de produtos florestais não madeireiros (PFNM), atividade extrativista em expansão no mercado, que quando bem manejada causa impactos e danos menos devastadores à floresta quando comparada com outras atividades, como a agropecuária, mineração, exploração madeireira, construção civil desordenada e ainda práticas turísticas sem orientação ambiental. Os associados da Ecovida têm possibilidade de desenvolver este tipo de exploração sustentável.

Outro espaço produtivo em menor escala recentemente explorado é a agroindústria para produção de pães e geleias e a tecelagem manual no grupo de Três Barras. Envolve mulheres de seis famílias, que são capacitadas com cursos para a confecção de toalhas, colchas, blusas e outros produtos. As mulheres envolvidas já conseguem bons resultados em termos de qualidade do produto, mas não há ainda forma satisfatórias para a realização das vendas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se o contexto que envolve a agricultura familiar no país, são encontradas experiências diversas, que buscam articular políticas públicas com a construção de novos mercados e microcrédito para financiar o pequeno agricultor.

Neste contexto, a perspectiva agroecológica representa inovação como forma produtiva e a organização em rede estimulam novas relações dos agricultores com as instituições estatais. Como exemplo, a discussão coletiva para a construção de um modelo de certificação participativa obteve aprovação legal recente e possibilita maior autonomia social para os agricultores. A organização em rede tem permitido também a estruturação de canais de distribuição dos produtos, como os circuitos de comercialização que a Rede Ecovida vem organizando, com rotas diversas para pequenas, médias e grandes cidades e viabiliza a parceria entre os pequenos produtores para venda em maior quantidade.

Em síntese, a partir da descrição e análise do caso da Rede Ecovida verificou-se que algumas práticas dos agricultores familiares que aderiram à produção orgânica, organizados na rede também explicam os êxitos obtidos:

- a) O atendimento às normas de proteção ambiental e as diretrizes da produção orgânica;
- b) O desenvolvimento de técnicas para a educação ambiental e de maior consciência ecológica;
- c) O sistema de certificação participativa, fundamentado no envolvimento dos agricultores no processo;

- d) O ganho de capacidade de planejar, cumprir prazos e garantir a entrega com os cuidados necessários para a durabilidade, a partir da aprendizagem obtida com a participação na Rede e o acesso a informação;
- e) A garantia de comercialização e o compromisso em relação ao pagamento do que foi vendido nos programas de comprar públicas;
- f) As alternativas de comercialização na Rede Ecovida;
- g) A busca de desenvolvimento de novos produtos e espaços produtivos.

Assim, pode-se afirmar que a organização em rede traz novas oportunidades, mas também novos desafios. Torna-se fundamental a apropriação pelos trabalhadores, da dimensão da rede como força produtiva, materializando desta forma as interações empreendidas coletivamente para atender a finalidades propostas pelos grupos.

Estas considerações permitem afirmar que a configuração do trabalho na Rede de Agroecologia Ecovida consegue gerar relações econômicas e experiências de cooperação baseadas na interdependência, além de revelar interesses individuais e sedimentar outros compartilhados. Neste sentido as relações sociais tornam-se uma base importante a partir da qual os agricultores podem adquirir as condições necessárias à uma participação mais qualitativa que proporcione autonomia social.

Por fim, considera-se ainda que no caso do trabalho rural agroecológico, a revalorização de atividades tradicionais de plantio permite ganhos de valor social, também perante a comunidade em que vivem e o fortalecimento da condição de atuação política.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: UNICAMP em co-edição com ANPOCS, 1996.
2. ACSELRAD, Henri. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista Cap.7 p.128-138. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministerio de Educacao, Governo Federal, Recife. Brasil. Out. 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>.
3. ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Redes Nacionais de Agroecologia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa. 2010. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em 01/04/2012.
4. ALTIERI, Miguel. *A falência de um modelo*. [S.l.]: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/_290408_falencia_modelo.html>. Acesso em: 12/06/2012.
5. ALTIERI, Miguel. *Agroecologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
6. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. [S.l.]: ANA. Disponível em <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/textos.php?id=Agroecologia>>. Acesso em 28.05.2012
7. BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. "Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais". *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 14, p. 35-70, set./dez. 2004.

8. DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. *Boletim do DESER n. 153*. [S.l.]: DESER, 2012b. Disponível em < <http://www.deser.org.br/boletim.asp>>.
9. DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. *Boletim do DESER n. 151*. [S.l.]: DESER, 2012a. Disponível em < <http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 20/12/2012
10. ECOVIDA. REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Caderno de Normas para Certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2012.
11. ECOVIDA. REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Training Manual: participatory guarantee of ecological products*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2012.
12. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Mercado de Orgânicos no Paraná: caracterização e tendências*. Curitiba: IPARDES, 2012.
13. LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
14. LISBOA, Marijane. *Transgênicos no Governo Lula: Liberdade para contaminar*. *PUC Viva – Revista da Apropuc*, São Paulo, ano 8, n. 29, p. 36-42, jan./mar. 2007.
15. MAGNANTI, Natal João. Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 26-29, 2008.
16. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Encontro com Redes de Assistência Técnica discute projetos para 2007/2008*. [S.l.]: Portal MDA, 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/171/codInterno/14038>>. Acesso em: 20/12/2012
17. MOVIMENTO DOS Trabalhadores Sem Terra (MST), Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/home.php>>. Acesso em 12/12/2012.
18. NORDE, Luiz Antonio C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.107-120, set.2006.
19. POCHMANN, Marcio (Org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. São Paulo: Cortez Editora e Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
20. SANTOS, Luís Rebelatto. *Caderno de Formação: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004
21. SERVA, Maurício ; ANDION, Carolina. O Controle Coletivo dos Riscos Ambientais na Produção de Alimentos - uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia . In: II Encontro Nacional da ANPPAS – Ass.Nac. de Pós-Graduação e Pesq. Amb.e Sociedade. Indaiatuba. II Enc. Nacional da ANPPAS, 2004.
22. SLOW FOOD Brasil. Portal Corporativo. <http://www.slowfoodbrasil.com>
23. SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Disponível em <<http://www.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: setembro/2007.
24. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.